



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013

Anual

**PORTO VELHO
Mar/2014**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2013
Anual

PORTO VELHO
Mar/2014



Diagramação, capa e compilação
Secretaria de Planejamento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

Rondônia. Tribunal de Contas.
R771r Relatório de atividades 2013: Anual. /
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. – Porto
Velho : TCE-RO, 2013
38 p.

1. Rondônia : Tribunal de Contas : Relatórios. 2.
Relatório de atividades : Tribunal de Contas do
Estado de Rondônia. I. Tribunal de Contas do Estado de
Rondônia. III. Título.

CDU.: 336.148(811.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica: SCB/ESCon/TCE-RO

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR
6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT):

RONDÔNIA. Tribunal de Contas do Estado. **Relatório de
atividades 2013**: Anual. Porto Velho: TCE-RO, 2013.
38 p.



COMPOSIÇÃO

PRESIDENTE

CONSELHEIRO JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIRO PAULO CURI NETO

CORREGEDOR

EDILSON DE SOUSA SILVA

CONSELHEIROS

VALDIVINO CRISPIM DE SOUZA

Presidente da 2ª Câmara

FRANCISCO CARVALHO DA SILVA

Ouvidor

WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA

Presidente da Escola Superior de Contas
Conselheiro José Renato da Frota Uchôa

BENEDITO ANTÔNIO ALVES

Presidente da 1ª Câmara

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

DAVI DANTAS DA SILVA

FRANCISCO JÚNIOR FERREIRA DA SILVA

OMAR PIRES DIAS

ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA

PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS

PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

YVONETE FONTINELLE DE MELO

ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA

SERGIO UBIRATÃ MARCHIORI DE MOURA

ERNESTO TAVARES VICTÓRIA



APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao que dispõe o artigo 49, § 4º da Constituição Estadual, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 154/96 (Lei Orgânica), apresento a Vossas Excelências o Relatório Anual de Atividades do exercício de 2013 deste Tribunal de Contas de Rondônia – TCE-RO, com os resultados alcançados no período.

Esta Corte, no âmbito de sua jurisdição, fundada no seu papel constitucional, que lhe garante os atributos da independência e autonomia, tem a missão de fiscalizar a aplicação do dinheiro público, de orientar jurisdicionados e de bem informar a sociedade, e por isso teve o zelo de detalhar as informações deste relatório, de modo a demonstrar a essa Assembleia Legislativa todas as etapas da gestão desta Corte de Contas, para aferição dos resultados, possibilitando ao cidadão, por meio desse Poder Legislativo, o conhecimento e os meios para verificar onde e como estão sendo aplicados os recursos públicos.

Conselheiro JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Presidente do TCE-RO



SUMÁRIO

1	O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.....	9
	1.1 COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO	9
	1.2 ALTA DIREÇÃO	10
	1.3 ESTRUTURA DE CONTROLE EXTERNO E ADMINISTRATIVA	11
	1.4 DELIBERAÇÕES DOS COLEGIADOS	11
2	ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....	13
	2.1 RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO	14
	2.2 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	19
	2.2.1 Funções e rotinas institucionais	21
3	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E OS GESTORES PÚBLICOS.....	22
	3.1 ACORDOS E EVENTOS	22
	3.2 OUVIDORIA DO TCE-RO	23
	3.3 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.....	25
4	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	25
	4.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	26
	4.2 PLANEJAMENTO: AÇÕES PROGRAMÁTICAS	27
	4.3 GESTÃO DE PESSOAS.....	33
	4.3.1 Quadro de pessoal.....	33
	4.3.2 Capacitação do capital humano.....	34
	4.4 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	36
	4.5 BIBLIOTECA E JURISPRUDÊNCIA	36



O TCE-RO EM NÚMEROS

Estão elencados, na sequência, os principais indicadores decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCE-RO no período.

RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TCE-RO	NÚMEROS
Despesas irregulares prevenidas por decisões monocráticas	R\$ 593.974.918,56
Despesas irregulares prevenidas por decisões colegiadas	R\$ 75.725.797,32
Decisões e Despachos proferidos pelos conselheiros	3.611
Valor das condenações (débitos e multas)	R\$ 37.049.901,27
Valor Atualizado dos Títulos Executivos cadastrados	R\$ 96.876.562,58
Títulos Executivos cadastrados	326
Fiscalizações realizadas	265
Montante dos Recursos fiscalizados em inspeções e auditorias	R\$ 1.993.230.309,62
Denúncias e Comunicados de Irregularidades recebidos pela Ouvidoria do TCE-RO	231
Processos apreciados/julgados*	6.193
Processos apreciados/julgados nas Câmaras e Pleno	3.297
Deliberações proferidas por colegiado	1.759

* Incluídos os processos com decisões monocráticas e respectivos apensos.

1 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO, instituído em 1983, como dispõe o Decreto-Lei nº 47, é órgão integrante do Controle Externo, competindo-lhe as funções de auditoria financeira e orçamentária sobre as contas das unidades administrativas dos poderes estaduais e municipais.

A Constituição do Estado de Rondônia de 1989 estabeleceu as competências a cargo do Tribunal de Contas. Tais atribuições, de singular distinção, ampliaram a responsabilidade e o compromisso do TCE-RO com a sociedade.

1.1 COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO

A Constituição Estadual estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante o controle externo e pelo sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Estabelece também que o Tribunal de Contas, que é órgão independente, autônomo e de competências exclusivas, presta auxílio ao Poder Legislativo na execução desse controle externo.

O TCE-RO tem jurisdição própria e privativa em todo o Estado de Rondônia, e que abrange, entre outros: toda pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo Estado e/ou Municípios mediante convênio ou instrumento congênere.

O universo regular de jurisdicionados do TCE-RO compreende poderes, órgãos, autarquias, empresas públicas, economia mista e fundos jurisdicionados:

Tabela 1.1.1 - Quantidade de unidades jurisdicionadas do TCE-RO

Natureza Jurídica	Quantitativo
Órgãos Estaduais	
Administração Direta (Poderes, Secretarias e Fundos)	40
Administração Indireta (Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Economia Mista)	14
Órgãos Municipais	
Prefeituras	52
Câmaras Municipais	52
Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Economia Mista e Fundos Municipais	122
TOTAL	280

Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo.

1.2 ALTA DIREÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia é integrado por sete Conselheiros. Destes, três são escolhidos pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois deles dentre Auditores e membros do Ministério Público junto ao TCE-RO - MP/TCE-RO. Os demais Conselheiros são escolhidos pela Assembleia Legislativa.

Os Auditores Substitutos de Conselheiros, previstos em número de quatro, com todas as vagas atualmente ocupadas, são nomeados pelo Governador do Estado, dentre cidadãos que satisfaçam os mesmos requisitos exigidos para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, mediante concurso público de provas e títulos realizado pelo Tribunal de Contas.

Da mesma forma, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, compõe-se de um Procurador-Geral e seis Procuradores, sendo, entretanto, ocupadas quatro vagas nesta Corte de Contas, atualmente, além do cargo de Procurador-Geral. São nomeados pelo Governador do Estado, dentre brasileiros, bacharéis em Direito, aprovados em concurso público de provas e títulos.

O TCE-RO é órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário e pelas 1ª e 2ª Câmaras. O Tribunal Pleno, presidido pelo Presidente do Tribunal de Contas, é integrado por todos os Conselheiros e pelo Procurador-Geral.

As Câmaras são compostas por três Conselheiros, presidida por um deles, um Auditor convocado em caráter permanente e um representante do Ministério Público indicado pelo Procurador-Geral.

Os Auditores, além de participarem dos colegiados, substituem os Conselheiros em suas ausências e impedimentos legais ou em caso de vacância de cargo, podendo ser, ainda, convocados, para completar *quorum* no Plenário ou nas Câmaras, por seus respectivos Presidentes.

O Conselheiro Corregedor exerce suas funções conforme as competências estabelecidas no Art. 191 do Regimento Interno do Tribunal.

A Ouvidoria assegura a brevidade no acolhimento das sugestões e críticas, o tratamento das informações e a apuração das demandas recebidas pelo TCE-RO.

1.3 ESTRUTURA DE CONTROLE EXTERNO E ADMINISTRATIVA

A execução dos seus serviços técnico-fiscalizatórios, atividade fim do TCE-RO, é atribuída à Secretaria-Geral de Controle Externo - SGCE, compondo-se a estrutura administrativa de suporte operacional a Secretaria de Processamento e Julgamento – SPJ e a Secretaria-Geral de Administração e Planejamento - SGAP, a qual é composta pela Secretaria Executiva de Licitações e Contratos - SELICON, Secretaria de Informática - SEINF, Secretaria de Planejamento – SEPLAN e Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGESP. À Controladoria de Análise e Acompanhamento da Despesa e dos Controles Internos - CAAD/TCE-RO compete o controle das atividades administrativas e o assessoramento da Presidência na execução de suas atribuições institucionais.

À Escola Superior de Contas Conselheiro José Renato da Frota Uchôa/Escola de Contas - ESCon/TCE-RO cabe a promoção do aperfeiçoamento técnico e intelectual dos servidores do próprio TCE-RO extensivo aos jurisdicionados, com integral participação da Divisão de Seleção e Desenvolvimento Pessoal – DISDEP/SEGESP/SGAP na extensão do processo de desenvolvimento do capital humano do TCE-RO e dos jurisdicionados.

1.4 DELIBERAÇÕES DOS COLEGIADOS

Conforme capitulado no Regimento Interno do Tribunal, as deliberações do Plenário e, no que couber, das Câmaras, poderão ter a forma de Instrução Normativa, Resolução, Decisão Normativa, Parecer Prévio, Acórdão ou Decisão.

Instruções Normativas são deliberações que tratam de disciplinamento de matéria que envolva pessoa física, órgão ou entidade sujeita à jurisdição do Tribunal.

Resoluções tratam de atos como aprovação do Regimento Interno, definidor da estrutura, atribuições e funcionamento do Tribunal de Contas, de suas unidades técnicas e demais serviços auxiliares ou, ainda, outras matérias de natureza administrativa interna que, a critério do Tribunal, devam revestir-se dessa forma.

Os **Pareceres Prévios** são atos resultantes de apreciação de processos que versam sobre Consultas formuladas pelos órgãos jurisdicionados e Contas Anuais do Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais, na forma do artigo 173, IV, “a” e “b” do Regimento Interno.

Os **Acórdãos** são resultantes de julgamento do mérito de contas dos ordenadores de despesas dos órgãos jurisdicionados ao Tribunal de Contas, as quais são julgadas **regulares**, **regulares com ressalvas** ou **irregulares**, bem como de recursos quando ocorre o provimento, imputação de débito, julgamento de denúncia e, ainda, a quitação de débito, na forma do artigo 173, V, do Regimento Interno.

As **Decisões** são atos resultantes de apreciação de atos de admissão, reserva remunerada, pensão, aposentadoria, recursos que não foram conhecidos ou que foram negados provimento, pedidos de parcelamento, determinação de cobrança judicial e outros atos análogos, na forma do artigo 173, VI do Regimento Interno.

Verifica-se na Tabela 1.4.1 o rol das sessões, classificadas por tipo, realizadas no curso dos meses em consideração.

Tabela 1.4.1 - Quantitativo de sessões realizadas por colegiado
Período: 2013

Colegiado	Sessão Ordinária	Sessão Extraordinária	Sessão Especial	Sessão Administrativa
Conselho Superior de Administração - CSA	11	8	1	-
Pleno	23	3	2	-
1ª Câmara	23	-	-	-
2ª Câmara	24	-	-	-
TOTAL	81	11	3	-

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

Diante do número de deliberações proferidas pelo Tribunal de Contas, segue o quantitativo ocorrido no período, por colegiado:

Tabela 1.4.2 - Quantitativo de deliberações proferidas por colegiado
Período: 2013

Colegiado	Deliberações						Total
	Instrução Normativa	Decisão Normativa	Resolução	Parecer Prévio	Acórdão	Decisão*	
Conselho Superior de Administração - CSA	4	-	30	-	-	69	103
Pleno	-	-	-	50	136	321	507
1ª Câmara	-	-	-	-	131	408	539
2ª Câmara	-	-	-	-	108	502	610
Subtotal	4	-	30	50	375	1.300	1.759

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

Nota: (*) O total de decisões proferidas pelo TCE-RO é composto do somatório das decisões do colegiado desta Tabela 1.4.2 com as decisões monocráticas discriminadas na Tabela 2.1.7.

Destaca-se na Tabela 1.4.3 os valores referentes a danos prevenidos por decisões colegiadas, demonstrados de acordo com a ocorrência.

Tabela 1.4.3 - Valores envolvidos em despesas irregulares prevenidas por decisões dos Colegiados
Período: 2013

Ocorrência	Valores (R\$) por Colegiado			TOTAL
	Pleno	1ª Câmara	2ª Câmara	
Retificação de edital de licitação	1.943.539,21	1.518.129,99	72.264.128,12	75.725.797,32
TOTAL	1.943.539,21	1.518.129,99	72.264.128,12	75.725.797,32

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO) e Gabinetes dos Conselheiros do TCE-RO.

Títulos Executivos

Em razão da edição da Lei Complementar nº 690/2012, c/c a Lei Complementar nº 693/2012, cabe ao Presidente desta Corte adotar providências pertinentes ao cumprimento e conseqüente execução judicial das deliberações proferidas no âmbito deste Tribunal de Contas, sendo exercido de forma regulamentada por meio da Secretaria de Processamento e Julgamento, que em sua estrutura passou a contar com o apoio do Departamento de Acompanhamento de Decisões – DEAD, cujas atividades referentes aos títulos executivos estão elencadas na Tabela 1.4.4:

Tabela 1.4.4 - Quantitativos e valores dos Títulos Executivos
Período: 2013

Especificação das Atividades	Quantidade/Valor (R\$)
Títulos Executivos cadastrados no Sistema de Acompanhamento de Títulos Executivos - SATE	326
Valor original dos títulos executivos cadastrados	R\$ 31.955.135,06
Valor atualizado dos títulos executivos cadastrados	R\$ 96.876.562,58
Títulos executivos ajuizados	72
Valor original dos títulos executivos ajuizados	R\$ 757.768,46
Valor atualizado dos títulos executivos ajuizado	R\$ 2.913.000,98

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

2 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

De acordo com o preceituado nos artigos 46 e 49 da Constituição Estadual, o Controle Externo, diretamente exercido pelo Poder Legislativo, será auxiliado pelo Tribunal de Contas do Estado. Neste aspecto, o Controle Externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado se refere à fiscalização orçamentária, financeira, patrimonial e operacional do Estado e Municípios, e demais entidades da administração direta e indireta.

A diversidade e a abrangência de atuação do TCE-RO têm por fim assegurar eficiência, eficácia e economicidade na administração e aplicação dos recursos públicos; evitar desvios, perdas e desperdícios; garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais; identificar erros, fraudes e seus agentes; preservar a integridade patrimonial e propiciar informações para a tomada de decisões.

A seguir tem-se a exposição das ações de controle praticadas por este Tribunal de Contas com os seus respectivos produtos.

2.1 RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

O total de processos autuados e de processos apreciados/julgados em 2013 é discriminado na Tabela 2.1.1.

Tabela 2.1.1 - Quantitativo de processos autuados e apreciados/julgados (incluídos apensos)
Período: 2013

Processos autuados	Processos apreciados/julgados (*)
2.159	6.193

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO) e Gabinetes dos Conselheiros do TCE-RO.

Nota (*) No quantitativo estão incluídos os processos respectivos às decisões monocráticas emitidas pelos Conselheiros.

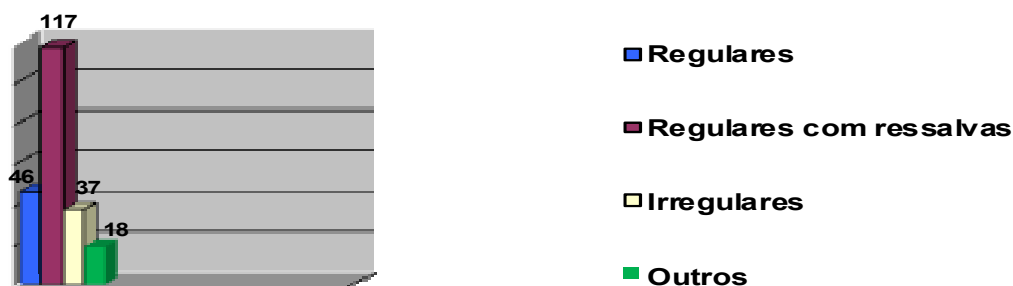
O montante dos valores de débitos e multas imputados no período em consideração segue demonstrado:

Tabela 2.1.2 - Valores de débitos e multas imputados
Período: 2013

Especificação	Débitos (R\$)	Multas (R\$)	TOTAL (R\$)
Pleno	4.547.433,12	2.093.266,88	6.640.700,00
1ª Câmara	29.356.472,19	548.265,28	29.904.737,47
2ª Câmara	196.845,55	307.618,25	504.463,80
TOTAL R\$	34.100.750,86	2.949.150,41	37.049.901,27

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

No exercício de 2013, o TCE-RO julgou de forma definitiva as contas de 218 responsáveis, conforme gráfico a seguir:



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

O TCE-RO aprecia a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, reserva remunerada e pensão, fiscalizando igualmente a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive sua adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A tabela 2.1.3 apresenta os quantitativos de atos de pessoal autuados e apreciados no período em consideração.

Tabela 2.1.3 - Quantitativo de atos de pessoal autuados e apreciados/julgados
Período: 2013

Especificação	Atos de pessoal autuados	Atos de pessoal apreciados/julgados
Legais		395
Ilegais		4
Pela retificação		-
Registrar sem análise do mérito		17
Outras determinações		33
TOTAL	845	449

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

Na instrução dos processos, referente às comunicações emitidas pela Secretaria de Processamento e Julgamento, foram **expedidos 9.140 documentos**, conforme se observa na Tabela 2.1.4:

Tabela 2.1.4 - Quantitativo de comunicações dos processos
Período: 2013

Especificação das Instruções Expedidas	Quantidade
Ofícios	6.328
Mandado de citação	1.181
Mandado de audiência	1.502
Notificações por edital	129
TOTAL	9.140

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento (SPJ/TCE-RO).

Quanto às atividades de natureza fiscalizatória, foram realizadas auditorias e inspeções no período em análise. A discriminação do tipo de ação, o quantitativo e o montante dos recursos fiscalizados *in loco* estão relacionados na sequência:

Tabela 2.1.5 - Quantitativo de fiscalizações e montante dos recursos fiscalizados *in loco*
Período: 2013

Tipo	Quantidade	Recursos fiscalizados (R\$)
Inspeção Especial	51	529.756.669,07
Auditoria de Obras	12	82.144.513,15
Auditoria	9	47.677.035,88
Auditoria Operacional – Revisão	1	-
Auditoria Operacional	4	961.698.648,00
Diligências	188	371.953.443,52
TOTAL	265	1.993.230.309,62

Fonte: Secretaria Geral de Controle Externo (SGCE/TCE-RO).

Os processos autuados pelo TCE-RO, originários nos órgãos jurisdicionados estaduais e municipais, tramitam pelos Gabinetes dos Conselheiros Relatores – designados por sorteio regimental –, e por eles são submetidos à apreciação nos colegiados competentes.

A Tabela 2.1.6 destaca o quantitativo de processos que tramitaram pelos Gabinetes dos Conselheiros.

Tabela 2.1.6 - Quantitativos de processos tramitados pelos Gabinetes dos Conselheiros
Período: 2013

Classificação	Processos recebidos	Processos enviados
Processos Principais	8.618	7.695
Processos Apensos	15.396	14.757
TOTAL	24.014	22.452

Fonte: Gabinetes dos Conselheiros do TCE-RO.

O Conselheiro do TCE-RO, no seu ofício constitucional, atua preventivamente nos processos sob sua relatoria através dos seguintes instrumentos:

- **Decisão Monocrática** é aquela proferida individualmente pelo Relator que em regra não põe termo ao processo. Normalmente utilizada para prevenções de irregularidades, para fazer cessar ilícitos, para sanear o processo e para determinar correções operacionais que aperfeiçoem a gestão pública;

- **Decisão em Despacho de Definição de Responsabilidade** define a responsabilidade dos jurisdicionados, por citação ou audiência, em processos de prestação ou tomada de contas especial, as quais se destinam a chamá-los a se inteirar do processo, facultando-lhes o direito ao contraditório e à ampla defesa;

- **Despacho que ordena Diligência via Ofício** tem por finalidade esclarecer questões do processo, bem como dar conhecimento aos jurisdicionados dos achados de auditoria que indicam descumprimento quanto à economicidade e legalidade, concedendo-lhe prazo para a apresentação de defesa.

A seguir, apresenta-se o quantitativo de Decisões e Despachos proferidos pelos Conselheiros.

Tabela 2.1.7 - Quantitativos de Decisões e de Despachos proferidos pelos Conselheiros
Período: 2013

Instrumento de Atuação	Quantidade
Decisão Monocrática	1.497
Decisão em Despacho de Definição de Responsabilidade	333
Despacho que Ordena Diligência via Ofício	1.270
Despacho Circunstanciado/Saneador/Decisões Interlocutórias	483
Tutela Antecipatória Inibitória	28
TOTAL	3.611

Fonte: Gabinetes dos Conselheiros do TCE-RO.

A Tabela 2.1.8 relaciona as ocorrências e os montantes das despesas irregulares prevenidas por decisões monocráticas dos Conselheiros Relatores.

Tabela 2.1.8 - Valores envolvidos em despesas irregulares prevenidas por decisões monocráticas dos Conselheiros Relatores
Período: 2013

OCORRÊNCIA	VALORES (R\$)
Suspensão de edital de licitação	565.710.135,27
Acumulação de cargos públicos	13.333,00
Superfaturamento	14.377,50
Suspensão de pagamento de valores indevidos	2.204.401,07
Omissão no dever de prestar contas	15.173,74
Pagamento sem a devida liquidação	19.037,83
Pagamento de valores indevidos	6.501.519,95
Adequação de execução contratual	19.108.905,78
Pagamento/recebimento de gratificação de serviços extraordinários e/ou diárias	388.034,42
TOTAL	593.974.918,56

Fonte: Gabinetes dos Conselheiros do TCE-RO.

Elenca-se, a seguir, o quantitativo das despesas irregulares, referentes a atos de pessoal, prevenidas por medidas adotadas monocraticamente pelos Relatores.

Tabela 2.1.9 – Quantitativos envolvidos em processos de atos de pessoal com irregularidades prevenidas/corrigidas, por sua natureza
Período: 2013

Natureza	Determinação	Quantidade
Aposentadoria	Reinstrução do feito	3
	Envio de ato retificador	4
	Notificação do interessado	10
	Esclarecimento acerca do cargo	1
	Convalidação de ato concessório	4
	Correção de planilha	5
	Correção de planilha de proventos	32
	Adequação de proventos	2
	Retificação de proventos	1
	Retificação de ato	106
	Insuficiência de documentos	55
Retificação dos cálculos dos proventos	12	
Pensão	Insuficiência de documentos	3
	Correção de planilha de proventos	2
	Retificação de ato	22
	Retificação de ato inativador	1
Reforma	Reinstrução de processo	4
	Levantamento para compensação previdenciária (RGPS)	1
	Insuficiência de documentos	6
Reserva Remunerada	Retificação de ato	145
	Levantamento para compensação previdenciária (RGPS)	104
	Descumprimento da norma legal	145
	Convalidação de ato concessório	152
	Reinstrução de processo	327
Atos de Admissão	Insuficiência de documentos	329
	Encaminhar documentos	1
Edital de concurso público	Insuficiência de documentos	2
	Insuficiência de documentos	8
Edital de processo seletivo	Insuficiência de documentos	4
	Inobservância dos requisitos constitucionais (Art. 37, IX, da CF)	5
TOTAL		1.496

Fonte: Gabinetes dos Conselheiros e Gabinetes dos Conselheiros-Substitutos do TCE-RO.

As determinações/recomendações feitas monocraticamente por cada Relator do TCE-RO, quanto às adequações da gestão administrativa aos preceitos constitucionais e legais, estão discriminadas na Tabela 2.1.10, por objeto e por área.

Tabela 2.1.10 - Quantitativos de adequações à gestão administrativa por decisões monocráticas
 Período: 2013

OBJETO	ÁREA	TOTAL
Auditoria de Gestão	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	10
	Receita e Despesa Pública	19
	Recursos Humanos	77
Auditoria Especial	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	1
Atos de Pessoal	Recursos Humanos	14
Contratos	Obras de Engenharia	20
	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	2
Convênio	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	7
Denúncia	Licitação	1
Edital	Licitação	25
Fiscalização de Atos e Contratos	Receita e Despesa Pública	2
	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	5
	Recursos Humanos	2
Inspeção Especial	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	1
Licitação	Licitação	49
Parcelamento de Débito	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	12
Prestação de Contas	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	43
Projeção de Receita	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	10
Quitação de Débito	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	30
Relatórios Resumidos Execução Orçamentária	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	28
Relatório de Gestão Fiscal	Receita e Despesa Pública	68
Representação	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	3
	Licitação	33
Tomada de Contas Especial	Orçamento, Contabilidade e Planejamento	4
TOTAL GERAL		466

Fonte: Gabinetes dos Conselheiros do TCE-RO.

O TCE-RO responde as demandas externas requeridas pelos diversos órgãos da Administração Pública do Estado, dos poderes Judiciário, Executivo, Legislativo e Ministério Público. As informações constam a seguir:

Tabela 2.1.11 - Quantitativos de solicitações externas e tipos de providências atendidas, por requisitante
 Período: 2013

REQUISITANTE	PROVIDÊNCIA	TOTAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	1
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARECIS	INFORMAÇÕES GERAIS	1
CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI	INFORMAÇÕES GERAIS	1
CÂMARA MUNICIPAL DE CACOAL	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	1
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO	INFORMAÇÕES GERAIS	1
CÂMARA MUNICIPAL DE THEOBROMA	INFORMAÇÕES GERAIS	1
CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	INFORMAÇÕES GERAIS	1
CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO	INFORMAÇÕES GERAIS	1
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA	INFORMAÇÕES GERAIS	1
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA	INFORMAÇÕES GERAIS	1
1º JUÍZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	INFORMAÇÕES GERAIS	2
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA	CÓPIA DE PROCESSO	6
	INFORMAÇÕES GERAIS	15
	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	11
PROMOTORIA DE JUSTIÇA – 3ª PJ	CÓPIA DE PROCESSO	1
PROMOTORIA DE JUSTIÇA – 5ª PJ	CÓPIA DE PROCESSO	1
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA SAÚDE	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	1
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MACHADINHO DO OESTE	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	2
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COSTA MARQUES	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	2
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARIQUEMES	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	7
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JI-PARANÁ	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	1
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA D'OESTE	CÓPIA DE PROCESSO	1
	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	1
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VILHENA	CÓPIA DE PROCESSO	1
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA BRASILÂNDIA	INFORMAÇÕES GERAIS	1
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE RONDÔNIA - IPERON	ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO	2
	CÓPIA DE PROCESSO	28
	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	1
DELEGACIA DE POLÍCIA – GRUPO DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	CÓPIA DE PROCESSO	2

REQUISITANTE	PROVIDÊNCIA	TOTAL
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E DO LAZER	INFORMAÇÕES GERAIS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	4
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO	CÓPIA DE PROCESSO	1
	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	1
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	CÓPIA DE PROCESSO	1
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	INFORMAÇÕES GERAIS	1
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	CÓPIA DE PROCESSO	2
	INFORMAÇÃO PROCESSUAL	2
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	CÓPIA DE PROCESSO	1
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	INFORMAÇÕES GERAIS	2
PROCURADORIA DA REPÚBLICA	CÓPIA DE PROCESSO	1
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	INFORMAÇÕES GERAIS	1
TOTAL GERAL		117

Fonte: Gabinetes dos Conselheiros do TCE-RO.

2.2 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas é instituição essencial ao exercício do controle externo, atuando como órgão da lei fiscal de sua execução, com funções opinativas e de defesa da ordem jurídica, visando à observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência a que se submete a Administração Pública.

Aplicam-se ao Ministério Público de Contas os princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e da independência funcional.

A instituição funciona no mesmo prédio do Tribunal de Contas, mas tem independência funcional e regras próprias estabelecidas em Lei e Regimento Interno. O Ministério Público de Contas tem assento nas sessões do Tribunal de Contas e manifesta-se, por escrito ou verbalmente, em todos os assuntos sujeitos à decisão do TCE-RO, sendo obrigatória a sua audiência nos processos de Tomadas de Contas ou Prestação de Contas e nos relacionados aos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, podendo promover diligências de qualquer natureza.

Movimentação Processual

No exercício de 2013 aportaram no Ministério Público de Contas **4.462** processos principais e apensos, para análise quanto à emissão de parecer.

Do total apresentado, 1.700 processos principais e apensos foram distribuídos ao Gabinete da Procuradora-Geral Érika Patrícia Saldanha de Oliveira; 969 foram distribuídos à Procuradora Yvone Fontinelle de Melo; 988 foram distribuídos ao Procurador Sérgio U. Marchiori de Moura; 805 foram distribuídos ao Procurador Adilson Moreira de Medeiros.

No 2º e 3º trimestres foram redistribuídos 1.994 processos entre os gabinetes de procuradores. Do total, 1.312 foram redistribuídos ao Procurador Ernesto Tavares Victória e 682 processos à Procuradoria-Geral de Contas.

Foram tramitados do Ministério Público de Contas, 4.976 processos principais e apensos com pareceres e cotas. Do total apresentado, 2.403 saíram do Gabinete da Procuradora-Geral Érika Patrícia Saldanha de Oliveira; 907 saíram do Gabinete da Procuradora Yvone Fontinelle de Melo; 769 saíram do Gabinete do Procurador Sérgio U. Marchiori de Moura; 704 saíram do Gabinete do Procurador Adilson Moreira de Medeiros; 193 do Gabinete do Procurador Ernesto Tavares Victória, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Tabela 2.2.1 - Processos Recebidos e Enviados com pareceres aos Gabinetes dos Conselheiros
Período: 2013

Processos Recebidos Principais e Apensos			
	Processos Principais	Apensos	Total
Ministério Público de Contas/Cartório	1.903	2.559	4.462
Processos Distribuídos			
Gabinete da Procuradora Yvone Fontinelle de Melo	470	499	969
Gabinete do Procurador Sérgio Ubiratã Marchiori de Moura	461	527	988
Gabinete do Procurador Adilson Moreira de Medeiros	474	331	805
Gabinete da Procuradora-Geral	498	1.202	1.700
Processos Recebidos por Redistribuição			
Gabinete do Procurador Ernesto Tavares Victória	450	862	1.312
Gabinete da Procuradora-Geral	71	611	682
Total	521	1.473	1.994
Processos Enviados Principais e Apensos			
	Processos Principais	Apensos	Total
Ministério Público de Contas/Cartório	2.132	2.844	4.976
Gabinetes dos Procuradores			
Gabinete da Procuradora Yvone Fontinelle de Melo	466	441	907
Gabinete do Procurador Sérgio Ubiratã Marchiori de Moura	467	302	769
Gabinete do Procurador Adilson Moreira de Medeiros	486	218	704
Gabinete do Procurador Ernesto Tavares Victória	129	64	193
Gabinete da Procuradora-Geral	584	1.819	2.403
Processos Enviados por Redistribuição			
Gabinete da Procuradora Yvone Fontinelle de Melo	171	592	763
Gabinete do Procurador Sérgio Ubiratã Marchiori de Moura	160	87	247
Gabinete do Procurador Adilson Moreira de Medeiros	190	794	984
Total	521	1.473	1.994

Fonte: Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao TCE-RO (MP/TCE-RO).

Documentos Expedidos

Em 2013 foram expedidos pelo Ministério Público de Contas **1.868**

Pareceres e **193** Cotas, bem como **308** Pareceres verbais, conforme listados a seguir:

Tabela 2.2.2 - Pareceres e Cotas/Despachos emitidos
Período: 2013

Ministério Público de Contas					
Pareceres emitidos					
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Total
Gabinete da Procuradora Yvonete Fontinelle de Melo	71	107	108	92	378
Gabinete do Procurador Sérgio Ubiratã Marchiori de Moura	127	112	78	113	430
Gabinete do Procurador Adilson Moreira de Medeiros	96	99	113	86	394
Gabinete do Procurador Ernesto Tavares Victória	-	-	14	91	105
Gabinete da Procuradora-Geral	98	141	165	157	561
Subtotal	392	459	478	539	1.868
Pareceres verbais emitidos nas sessões da 1ª, 2ª Câmaras e Pleno					
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Total
Gabinete da Procuradora Yvonete Fontinelle de Melo					112
Gabinete do Procurador Sérgio Ubiratã Marchiori de Moura					64
Gabinete do Procurador Adilson Moreira de Medeiros					86
Gabinete do Procurador Ernesto Tavares Victória*					-
Gabinete da Procuradora-Geral					46
Subtotal					308
TOTAL					2.176
Cotas/Despachos					
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	Total
Gabinete da Procuradora Yvonete Fontinelle de Melo	4	10	22	4	40
Gabinete do Procurador Sérgio Ubiratã Marchiori de Moura	16	8	3	7	34
Gabinete do Procurador Adilson Moreira de Medeiros	9	24	15	18	66
Gabinete do Procurador Ernesto Tavares Victória	-	-	-	24	24
Gabinete da Procuradora-Geral	3	2	7	17	29
Total	32	44	47	70	193

Fonte: Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao TCE-RO (MP/TCE-RO).

*Em razão de sua posse ter ocorrido somente no segundo semestre, o Procurador Ernesto Tavares Victória não participou das sessões da Corte de Contas.

2.2.1 Funções e Rotinas Institucionais

O *Parquet* não se detém unicamente na manifestação ministerial através de emissão de Pareceres nos Processos sujeitos à apreciação da Corte de Contas, pois sua função constitucional perpassa também pelo atendimento ao público, e em especial, aos jurisdicionados no que diz respeito às informações processuais dos interessados, esclarecimentos de dúvidas e qualquer auxílio para o trato das questões que envolvem, de qualquer maneira, gastos de dinheiro público, bem como realização de diversas diligências externas para a fiscalização da correta aplicação do dinheiro público, cumprindo, com efetividade, sua missão de guarda da lei e fiscal da Fazenda Pública.

Assim, durante o ano de 2013, o *Parquet* de Contas adotou medidas com o intuito de evitar dano aos cofres públicos, a exemplo, os procedimentos listados a seguir:

Tabela 2.2.1.1 - Quantitativo de atendimentos, reuniões, representações, ofícios requisitórios, notificações recomendatórias
Período: 2013

Especificação	Procedimentos				Total
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Atendimentos	82	40	53	55	230
Reuniões	39	37	56	28	160
Representações	4	4	3	2	13
Ofícios Requisitórios	36	12	10	8	66
Notificações Recomendatórias	4	6	5	2	17
Fiscalização das Publicações de Atos Oficiais e Congêneres	-	57	67	53	177
Processos de Investigação Preliminar Autuados	-	3	5	-	8
Processos Administrativos Autuados	-	-	8	2	10
Notícias de Fato	-	-	-	8	8

Fonte: Procuradoria-Geral do Ministério Público junto ao TCE-RO (MP/TCE-RO).

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE E OS GESTORES PÚBLICOS

O Estado relaciona-se diretamente com a sociedade a partir de funções que lhe são próprias e exercidas por seus órgãos. Já o Tribunal de Contas, órgão integrante do sistema de controle externo, desempenha importante papel nas relações entre Estado e sociedade, contribuindo para a garantia do regime democrático. Dessa forma, a interação com a sociedade assegura efetividade à função do TCE-RO, que é a fiscalização dos gastos públicos.

3.1 ACORDOS E EVENTOS

Durante o exercício de 2013, foram promovidos eventos de capacitação destinados aos servidores, terceirizados, jurisdicionados e à sociedade, cujas informações estão detalhadas no item 4.3.2 – *Capacitação do Capital Humano*.

Destaca-se, no período, o evento comemorativo aos 30 anos de instalação do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas, ocorrido em junho de 2013, no qual foi realizado congresso com a temática “*A nova feição dos Tribunais de Contas e do Controle Preventivo*”, que reuniu autoridades e estudiosos da área de Direito, além de integrantes da comunidade acadêmico-jurídica, gestores e servidores públicos, entre outros, além de ser teletransmitido para as regionais de Vilhena, Cacoal e Ariquemes.

O Tribunal de Contas, por meio de seus membros, se fez representar em diversos eventos externos, com destaque para a participação no Fórum da Justiça Eleitoral e dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado no dia 10 de maio, em

Brasília/DF, no Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop), no período de 13 a 17 de maio, em Vitória/ES, e no XXVII Congresso Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, também realizado em Vitória/ES, em dezembro, ocasião em que houve a eleição das novas diretorias do Instituto Rui Barbosa (IRB) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), bem como de seus respectivos conselhos deliberativos.

No ano em apreço, ocorreram as posses do novo Conselheiro do TCE-RO, Benedito Antônio Alves, bem como do novo Procurador do Ministério Público de Contas, Ernesto Tavares Victoria, ocorridas, respectivamente, nos dias 15 e 30 de agosto/2013.

Vale mencionar que, ao longo de 2013, a Presidência recepcionou, em diversas audiências, autoridades estaduais e municipais, entre as quais, o Governador do Estado, Deputados Estaduais, Presidente do Tribunal de Justiça, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual, Defensor-Geral, membros de outros Tribunais de Contas, entre outros.

Foram eleitos em outubro e empossados em dezembro os novos cargos diretivos para o biênio 2014/15, ficando assim compostos: Presidente, Conselheiro José Euler Potyguara Pereira de Mello; Vice-Presidente, Conselheiro Paulo Curi Neto; Corregedor-Geral, Conselheiro Edílson de Sousa Silva; Presidente da 1ª Câmara, Conselheiro Benedito Antônio Alves; Presidente da 2ª Câmara, Conselheiro Valdivino Crispim de Souza; Ouvidor, Conselheiro Francisco Carvalho da Silva; e Presidente da Escola Superior de Contas, Conselheiro Wilber Carlos dos Santos Coimbra. Também foi eleito, nomeado e empossado o novo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Procurador Adilson Moreira de Medeiros.

3.2 OUVIDORIA DO TCE-RO

A Ouvidoria de Contas do TCE-RO tem como atribuição a integração entre a Administração Pública e o cidadão, recebendo, dentre outras manifestações, comunicações de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

A Ouvidoria pode ser acessada pelo portal do TCE-RO (www.tce.ro.gov.br); por e-mail (ouvidoria@tce.ro.gov.br); por telefone/fax (69.3211 9058/9073); via correios; atendimento presencial no Gabinete da Ouvidoria; e nas urnas

coletoras (Shopping Cidadão, Prefeitura Municipal de Porto Velho, Secretaria Regional de Controle Externo de Vilhena e na sede do TCE-RO).

As demandas podem se originar de notícias publicadas na imprensa e encaminhadas à Ouvidoria (extra-sistema) ou feitas diretamente no Sistema de Ouvidoria, disponíveis tanto na *Intranet* como na *Internet*.

Na tabela 3.2.1, pode ser visualizado o total de demandas existentes no período, ou seja, o que ainda estava em andamento no ano de 2012 mais as manifestações recebidas no exercício de 2013, totalizando **878 manifestações**, sendo que dessa demanda, ao final do período em análise, foram **concluídas 748 manifestações**.

Tabela 3.2.1 – Manifestações recebidas, concluídas e em andamento
Período: 2013

Natureza	Quantidade recebida e percentual(%)		Quantidade total ²	Forma de recebimento	concluída	inconclusa
Comunicado de Irregularidade	214	36,09	878	Sistema da Ouvidoria	718	130
Denúncia	17	2,87				
Elogio	2	0,34		Extra-Sistema (notícias da mídia)	30	-
Pedido de Informações	322	54,30				
Reclamação	21	3,54				
Sugestão	9	1,51				
Outros ¹	8	1,35				
TOTAL	593	100,00	TOTAL	748	130	

Fonte: Ouvidoria de Contas.

1) Manifestações originadas da mídia, memorandos e demais assuntos que fogem da competência do TCE-RO, as quais foram direcionadas aos órgãos e entidades competentes.

2) Refere-se à soma das manifestações inconclusas até o final do ano anterior com as recebidas no exercício em apreciação.

Os pedidos de informações constituíram o grupo mais frequente (54,30%) e buscam esclarecimentos a respeito de assuntos correlatos à missão do Tribunal de Contas ou pertinentes aos jurisdicionados em sua relação com este Tribunal. Em segundo lugar ficaram os comunicados de irregularidades (36,09%), que expressam apontamentos de descumprimento de normas, preceitos legais e de princípios éticos.

Os pedidos de informações recebidos em 2013 por meio do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, que pode ser realizado pelo Sistema de Acesso à Informação (*site* www.tce.ro.gov.br), *e-mail* (i.sic@tce.ro.gov.br) e Protocolo, estão detalhadas abaixo:

Tabela 3.2.2 – Solicitações recebidas, atendidas e em andamento
Período: 2013

Seguimento	Recebidas	Respondidas	Forma de Recebimento			Pendente
			E-mail	Protocolo	SIC	
Ouvidoria	44	30	-	-	44	-
Presidência	-	1	-	-	-	-
Secretaria-Geral de Controle Externo	-	4	-	-	-	-
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento	-	9	-	-	-	-
TOTAL	44	44	-	-	44	-

Fonte: Ouvidoria de Contas.

3.3 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal de Contas promove a divulgação institucional de suas atividades utilizando-se de diversas possibilidades de comunicação, visando facilitar o acesso a todos os cidadãos. Nesse sentido, destacam-se:

- Portal do TCE-RO - <http://www.tce.ro.gov.br>;
- Portal de Acesso à Informação;
- Relatórios institucionais trimestrais e anuais das atividades do TCE-RO, encaminhados à Assembleia Legislativa Estadual e divulgados no portal;
- Diário Oficial Eletrônico; e
- Releases enviados aos jornais da capital.

No decorrer do exercício de 2013, foi dado andamento, em diversos municípios do Estado de Rondônia, ao trabalho denominado “*Corte de Contas Cidadã*”, que visa divulgar à sociedade (escolas e universidades), por meio de palestras, as principais atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, contando, no período, com 3.041 participantes.

4 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Secretaria-Geral de Administração e Planejamento – SGAP coordena e supervisiona as diversas atividades administrativas, tais como, Gestão Contábil e Financeira, Gestão do Planejamento e Orçamento, Gestão de Pessoas, Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Serviços Gerais (manutenção, transportes, materiais e almoxarifado) focando a modernização dos processos e integração entre as Unidades da SGAP com as demais Unidades do TCE-RO.

As atividades administrativas têm como seu escopo contribuir com as atividades do Controle Externo no apoio ao exercício de suas competências constitucionais e legais, e o controle e monitoramento das perspectivas do Planejamento Estratégico 2011-2015.

4.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos orçamentários e financeiros do TCE-RO para 2013, bem como a despesa liquidada, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, seguem discriminados na Tabela 4.1.1.

Tabela 4.1.1 - Dotação orçamentária e distribuição dos dispêndios, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa
Período: 2013

Categoria econômica	Dotação (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)
Despesas Correntes	97.637.156,74	88.180.286,34	86.733.037,14
Pessoal	66.425.000,00	62.433.671,52	62.427.573,86
Encargos Sociais	5.600.000,00	5.439.089,80	5.439.089,80
Outras Despesas Correntes	25.612.156,74	20.307.525,02	18.866.373,48
Despesas de Capital	12.383.500,00	2.248.745,29	1.432.284,79
Obras e Instalações	8.920.609,75	652.806,09	527.841,42
Material Permanente	2.851.890,25	1.233.205,51	892.209,28
Softwares	411.000,00	362.733,69	12.234,09
Despesas de Exercícios Anteriores	200.000,00	-	-
TOTAL (TCE-RO)	110.020.656,74	90.429.031,63	88.165.321,93
Despesas Correntes	1.386.908,10	474.764,34	363.315,85
Outras Despesas Correntes	1.386.908,10	474.764,34	363.315,85
TOTAL (FDI)	1.386.908,10	474.764,34	363.315,85
TOTAL (FDI/TCE-RO)	111.407.564,84	90.903.795,97	88.528.637,78

Fonte: Secretaria de Planejamento (SEPLAN/SGAP/TCE-RO) e Departamento de Finanças (DEFIN/SGAP/TCE-RO).

O acompanhamento das despesas com pessoal ao longo dos quadrimestres de 2013 indica que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia se mantém dentro dos limites indicados pela Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o que pode ser observado na Tabela 4.1.2:

Tabela 4.1.2 - Gastos com pessoal para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal
Quadrimestres de 2013

Descrição	Quadrimestres (R\$)		
	1º/2013	2º/2013	3º/2013
Total p/ fins de apuração do limite	42.932.997,51	42.619.800,72	43.387.985,85
Receita corrente líquida	4.564.270.632,23	4.613.514.032,96	4.621.062.488,77
Limite apurado	0,94	0,92	0,94
Limite máximo	1,04	1,04	1,04
Limite prudencial	0,99	0,99	0,99

Fonte: Departamento de Finanças – DEFIN/SGAP/TCE-RO.

As variações patrimoniais do TCE-RO e do Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI, em reais, verificadas no período são demonstradas na Tabela 4.1.3:

Tabela 4.1.3 - Variação patrimonial do TCE-RO e do Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI
Período: 2013

TCE-RO	Saldo Anterior (R\$)	Incorporados (R\$)	Baixados (R\$)	Saldo (R\$)
Almoxarifado	519.412,16	491.555,01	738.297,46	272.669,71
Bens Móveis	11.449.214,73	2.251.861,90	697.716,40	13.003.360,23
Bens Imóveis	14.797.830,85	1.616.373,62	114.461,76	16.299.742,71

FDI	Saldo Anterior	Incorporados	Baixados	Saldo
Bens Móveis	292.986,55	-	9.765,00	283.221,55

Fonte: Departamento de Finanças – DEFIN/SGAP/TCE-RO.

4.2 PLANEJAMENTO: AÇÕES PROGRAMÁTICAS

As ações de planejamento que vêm sendo executadas foram dirigidas para a concretização dos grandes objetivos do Tribunal de Contas, integrantes do PPA 2012/2015 (Lei nº 2.623, de 4.11.2011, DOE nº. 1.849, de 4.11.2011 - Suplemento).

Das ações programáticas contempladas no Orçamento-Programa de 2013 – LOA 2013 (Lei nº 2.961, de 28.12.2012, DOE nº 2127 – Suplemento, de 28.12.2012) e executadas no período, destacam-se as seguintes:

- Gerir atividades administrativas
- Projetar e edificar a Escola Superior de Contas Cons. José Renato da Frota Uchôa
- Modernizar a Estrutura de *Hardware* e Dispositivos Periféricos.
- Implantar o Tribunal de Contas Digital
- Gestão de recursos de TI e Desenvolvimento de Software

■ Desdobramento Programático / Ações Executadas e Em Execução

São detalhadas, na sequência, as atividades desenvolvidas pelo TCE-RO em 2013, visando executar as ações planejadas:

- **Gerir atividades administrativas**

Em 2013 foram iniciados dois grandes projetos nesta Corte de Contas: o de Sustentabilidade Ambiental e a reestruturação da Divisão de Documentação e Protocolo – DIVDP, os quais foram aprovados pelo Conselho Superior em dezembro/2013.

Foram realizados os serviços de modernização do sistema central de ar condicionado do prédio sede do Tribunal de Contas, contratados com a empresa Sulamericana Engenharia Ltda, mediante Contrato nº 15/TCE-RO/2012, sendo concluídos os trabalhos em outubro de 2013.

A Construtora Rio Madeira Eireli, contratada para realizar a reforma da recepção do prédio anexo do TCE-RO, Contrato nº 30/TCE-RO/2013, finalizou a obra em dezembro do ano apreciado.

Em novembro/2013 iniciou-se a execução do serviço de readequação para acessibilidade das calçadas no perímetro da Sede e Anexo e de construção do estacionamento interno para 39 vagas na Sede do TCE-RO, mediante Contrato nº 42/TCE-RO/2013.

Também foi dado início em 2013 à contratação de empresa, por meio de Pregão Eletrônico nº 28/TCE-RO/2013, para fornecimento e instalação de materiais de cobertura para estacionamento de carros oficiais nas Secretarias Regionais de Controle Externo de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, cujos serviços estão sob a responsabilidade da empresa Toldo Art Multi Serviços Eireli.

Concurso Público

No ano de 2013, foi contratado o Centro de Seleção e Promoção de Eventos/Universidade de Brasília - CESPE/UNB como instituição responsável pelo desenvolvimento e realização do concurso público para processo seletivo de servidores do TCE-RO, cujas provas foram aplicadas no 3º trimestre de 2013, bem como a publicação do resultado dos aprovados.

- **Projetar e edificar a Escola Superior de Contas Cons. José Renato da Frota Uchôa integrada à construção do Anexo II do TCE-RO**

Os pré-projetos arquitetônicos de edificação da Escola Superior de Contas estão em fase de readequação para nova apreciação e aprovação pelo Conselho Superior da Corte de Contas. Esta ação está programada para ocorrer durante todo o período da execução do Plano Plurianual – PPA 2012 - 2015.

O Tribunal de Contas aguarda, ainda, a liberação do terreno pelo Governo do Estado que será desocupado quando da transferência do anexo da Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN para o Centro Político Administrativo.

▪ **Modernizar a estrutura de *Hardware* e Dispositivos Periféricos**

Entre as atividades desenvolvidas em 2013 está a implantação do sistema de replicação de arquivos entre controladores de domínio (Domain Controllers) da rede de dados do Tribunal, garantindo mais eficiência na comunicação entre os servidores de rede, além de prover economia de recursos de processamento e link de dados devido à tecnologia de distribuição utilizada.

Foram configurados novos servidores de dados e mídia nas Secretarias Regionais de Controle Externo de Ariquemes, Cacoal e Vilhena, com função de receber o sinal de vídeo e áudio (streaming) e repassar às estações de trabalho dos servidores daquelas localidades, permitindo que eventos realizados na sede da Corte de Contas possam ser repassados em tempo real às estações de trabalho dos usuários, sem comprometer a utilização do link de dados das regionais.

Foi realizada a distribuição de 325 (trezentas e vinte cinco) novas estações de trabalhos, bem como de 600 nobreaks 1,2 KVA, possibilitando um avanço significativo no parque tecnológico do TCE-RO.

Implantou-se, ainda, política de segurança que restringe o uso desregrado de dispositivos de armazenamento removível como pendrives, aparelhos celulares, cartões de memória, HDs externos ou quaisquer outros utilizados para movimentação de arquivos entre computadores, uma vez que tais mecanismos são uns dos maiores responsáveis pela inclusão de arquivos prejudiciais à rede de dados, além de facilitar a retirada não autorizada de documentos sigilosos e de propriedade deste Tribunal de Contas.

Foi instalado e encontra-se em fase de testes o sistema de gerenciamento de documentos Alfresco, que tem por objetivo auxiliar no gerenciamento de documentos digitais, permitindo que vários usuários trabalhem num mesmo arquivo, mantendo o histórico de alterações, além de facilitar a busca de documentos por palavra-chave.

▪ **Implantar o Tribunal de Contas Digital**

No exercício, foram concluídos os trâmites licitatórios para implantação do software e-Cidade, o qual possibilita a integração de dados e procedimentos entre os setores administrativos da Corte de Contas aumentando a celeridade dos procedimentos administrativos e melhor aproveitamento de recurso humano.

Ainda em 2013, atendendo ao cronograma de atividades de capacitação e implantação do referido sistema, foi dado andamento à etapa de capacitação e migração de dados, com a realização de treinamentos com os setores envolvidos, bem como dando continuidade à implantação e adequação dos módulos do sistema de acordo com a estrutura dos setores, onde a maior parte dos dados migrados está relacionada com os setores de RH e patrimônio.

Ainda durante o período, a Secretaria de Informática seguiu avançando com o cronograma de execução para implantação do novo software de acompanhamento de processos virtual – TRAMITA oriundo do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Nesse sentido, foram realizadas atividades de migração de dados, laboratório de estudos para identificação dos macroprocessos do sistema e adaptação à realidade desta Corte de Contas, realizados ajustes estruturais para adequação, criação de perfil de usuários, inclusão de motivos de tramitações realizadas nos setores e inclusão de relatórios e regras relacionadas ao Ministério Público de Contas. No período foram efetuados testes de migração com os dados de processos do exercício de 2012.

▪ **Gestão de recursos de TI e desenvolvimento *software***

Em 2013 foram realizadas ações no sentido de melhorar a gestão dos recursos tecnológicos e organização das atividades operacionais da Secretaria de Informática.

Foi elaborado, no período, o “Plano de Continuidade do Negócio”, documento que estabelece regras e procedimento para a recuperação dos servidores e/ou sistemas de rede do TCE-RO em caso de problemas, furto, desastre ou sinistro, possibilitando, com isso, em curto espaço de tempo o reestabelecimento dos serviços.

Foi implantada na Secretaria de Informática o sistema de controle de atividades e projetos (Redmine), que permite acompanhar as atividades realizadas por cada setor da secretaria, possibilitando melhor gerenciamento dos projetos desenvolvidos e maior controle dos gestores sobre cada fase do projeto, sendo adaptada sua estrutura ao perfil de cada setor da Secretaria de Informática, implantando novas funções e permissões.

Foram iniciados procedimentos para renovação de equipamentos, como impressoras e scanners; a aquisição dos scanners visa possibilitar a estruturação da Central de Digitalização do TCE-RO, para auxiliar na implantação do TRAMITA e atender às demandas setoriais; a aquisição das impressoras possibilitará a renovação do Parque Computacional do Tribunal, por meio da troca/atualização dos equipamentos antigos e fora de garantia, além de prever a constituição de reserva técnica.

■ Plano Estratégico 2011/2015

Durante o exercício de 2013 foram executadas as novas diretrizes firmadas com a Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, mediante aditivo ao Contrato nº 30/TCE-RO-2011, que trata da contratação de consultoria com o objetivo de monitorar a execução e o desempenho do Plano Estratégico PE 2011/2015. As fases, abrangendo o **período de dezembro de 2012 a novembro de 2013**, estão discriminadas a seguir:

1ª fase – Ajustamento das Metas/Indicadores de Desempenho dos Objetivos Estratégicos, eventualmente reprogramáveis e redimensionáveis;

2ª fase – Implementação e acompanhamento do Sistema de Medição do Desempenho Organizacional – SMDO;

3ª fase – Redesenho e gestão dos processos organizacionais;

4ª fase – Análise e avaliação geral da execução do PE 2011-2015 do TCE-RO.

No período, os consultores realizaram reuniões setoriais com as equipes responsáveis pelos objetivos estratégicos do Tribunal de Contas, visando analisar a pertinência e a congruência dos indicadores inicialmente estabelecidos em 2012 para os diferentes objetivos estratégicos, resultando, com tal trabalho, em uma reformulação do conjunto de indicadores definidos para cada objetivo estratégico, sendo realizada Oficina de Trabalho para análise dos Planos de Ações e respectivos indicadores de desempenho para 2013, avaliando a consecutividade das ações de 2011 e 2012.

Os consultores prestaram apoio metodológico à Secretaria de Planejamento, que articulou e promoveu a criação e seleção, juntamente com os responsáveis pelos Objetivos Estratégicos (OE), de um conjunto de indicadores de desempenho para cada OE, metas e periodicidade de coleta.

As reuniões com as secretarias envolvidas nos Objetivos Estratégicos tiveram como foco orientar quanto à elaboração da modelagem dos processos de suas unidades e criação dos indicadores operacionais, sendo realizadas, nesse sentido, oficinas de trabalho para revisão e ajustes dos componentes dessa modelagem.

Os indicadores implantados já estão sendo avaliados por meio do Índice de Avaliação das Metas dos Objetivos Estratégicos – IAMOE, possibilitando, com isso, observar efetiva melhoria dos resultados dos indicadores analisados na maioria dos Objetivos Estratégicos, bem como do empenho dos gestores envolvidos na execução do PE 2011/2015.

Em um trabalho conjunto, a Secretaria de Planejamento, a consultoria ABOP e a Secretaria de Informática concluíram a primeira versão do sistema de *Gestão a Vista* do TCE-RO, o qual permite o acompanhamento pela INTRANET do planejamento e execução dos Planos de Ação e dos Indicadores dos Objetivos Estratégicos.

No início do exercício, elaborou-se o Sistema de Medição de Desempenho Organizacional – SMDO, o qual se trata de um dos elementos principais do processo de gestão e consiste no conjunto de atividades destinadas a apoiar a implementação da estratégia, comunicar a posição e o progresso em direção às metas estratégicas e influenciar o comportamento e as ações dos gestores e demais servidores, baseando-se na aplicação e análise dos resultados de indicadores desenvolvidos com base no planejamento estratégico.

O Conselho Superior de Administração do TCE-RO aprovou a Resolução nº 136/2013, de 8 de outubro de 2013, a qual institucionaliza o SMDO do Tribunal de Contas e define os procedimentos para acompanhamento e avaliação do PE 2011-2015 e de sua execução, e ainda as Reuniões de Avaliação Estratégica – RAE's, destinadas a analisar trimestralmente os resultados e avaliar o desempenho e a qualidade da gestão do Tribunal de Contas.

4.3 GESTÃO DE PESSOAS

No sentido de implementar uma política de gestão de pessoas com ênfase à valorização do servidor, o Tribunal de Contas realizou cursos de treinamento e desenvolvimento profissional para os seus servidores e estagiários.

4.3.1 Quadro de pessoal

A Tabela 4.3.1.1 mostra o quantitativo referente à força de trabalho do TCE-RO no período considerado.

Tabela 4.3.1.1 - Quantidade de servidores e estagiários do TCE-RO, por regime
Período: 2013

Regime	Existentes até 31/12/2012	Total em 31/12/2013
Efetivos	275	268
Comissionados	140	148
Cedidos a outros Órgãos	4	5
À disposição do TCE-RO	28	27
Inativos	40	43
Pensionistas	5	5
Subtotal	492	496
Estagiários de nível superior	70	71
Estagiários de nível médio	25	21
Subtotal	95	92
Total	587	588

Fontes: Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGESP/SGAP/TCE-RO.

4.3.2 Capacitação do capital humano

O Tribunal de Contas persiste na direção de atingir um desempenho cada vez melhor no que tange às ações voltadas para a capacitação do capital humano, com destaque no constante desenvolvimento profissional.

Assim, conforme exposto na Tabela 4.3.2.1, no período, foram ministrados **46 eventos**, com **6.295 participantes**.

Tabela 4.3.2.1 - Quantitativo de capacitação de servidores internos, estagiários, público externo e sociedade
Período: 2013

Público	Curso	Pós-Graduação	Palestra	Seminário/Congresso	Participantes	Instrutores	Horas de Estudo
Interno (servidores TCE-RO)	15	1	3	-	492	26	325
Estagiários	1	-	-	-	43	23	60
Externo/Jurisdicionados	9	-	1	4	2.537	46	232
Externo/Terceirizados	1	-	-	-	20	3	20
Sociedade	-	-	9	2	3.203	14	109,60
TOTAL	26	1	13	6	6.295	112	746,60

Fonte: Escola Superior de Contas/ESCon

Houve 492 participações dos servidores desta Corte de Contas em 19 eventos dentre os 46 realizados, os quais estão discriminados na Tabela 4.3.2.2.

Tabela 4.3.2.2 - Servidores internos capacitados por cursos e palestras
Período: 2013

Atividade	Temática	Participantes	Instrutores	Horas de estudo	
Curso	Aposentadoria e Pensão	41	1	32	
	Direito Tributário	102	1	20	
	Processos nos Tribunais	47	1	16	
	Formação de Brigada de Incêndio	14	4	16	
	Sistema Integrado de Gestão Pública – SIGAP/Gestão Fiscal	9	3	4	
	Formação e Qualificação de Gestores e Fiscais de Contratos Administrativos	27	1	16	
	Capacitação em Controle Interno com Ênfase em Licitações e Contratos Administrativos – Módulo I	64	1	16	
	Treinamento Hypertexto Preprocessor	10	1	20	
	e-Cidade	6	1	10	
	e-Cidade	19	1	20	
	e-Cidade	9	1	20	
	e-Cidade	16	1	20	
	Linux	9	1	40	
	Regime Diferenciado de Contratação/RDC	24	1	16	
	Termo de Referência, Pregão e Registro de Preço	12	2	16	
	Palestra	CINECONTAS	9	1	1
		CINECONTAS: Contratação de Regime Diferenciado de Contratos	10	1	1
		Como Lidar com Pessoas Díficeis - FGV	39	1	1
	Pós-Graduação	MBA – Desenvolvimento Humano de Gestores (Módulos I e II)	25	2	40
TOTAL		492	26	325	

Fonte: Escola Superior de Contas/ESCon

*Os mesmos servidores participaram do Módulo I–Apresentações em Público e Conclusão de Reunião e Módulo II–Metodologia Científica e TCC–Fase I.

No que se refere à capacitação dos seus jurisdicionados, o TCE-RO realizou 14 eventos para esse público, com um total de 2.537 participantes.

Tabela 4.3.2.3 - Servidores externos/jurisdicionados capacitados por cursos
Período: 2013

Atividade	Temática	Participantes	Instrutores	Horas de estudo
Curso	Sistema de Informação para Acompanhamento de Obras e Serviços de Engenharia – SIGAP/Módulo Obras	107	3	32
	Licitação Pública: Prática e Jurisprudência TCE-RO e TCU	64	1	16
	Sistema Integrado de Gestão Pública – SIGAP/Gestão Fiscal	112	3	4
	Tomada de Contas Especial	60	1	16
	Licitação Pública: Prática e Jurisprudência TCE-RO e TCU	308	1	20
	Capacitação em Controle Interno com Ênfase em Licitações e Contratos Administrativos – Módulo II	390	1	16
	Sistema Integrado de Gestão da Administração Pública – SIGAP/Obras	11	1	4
	Regime Diferenciado de Contratação/RDC	18	*	*
	Termo de Referência, Pregão e Registro de Preço**	378	*	*
Seminário	Seminário Rondoniense de Desenvolvimento Econômico e Social de Municípios	302	12	16
	Subsídio para Vereadores e Limites Constitucionais do Legislativo Municipal	192	7	8
	Função Fiscalizatória e Gestão Orçamentária Municipal	235	8	76
Congresso	Congresso Comemorativo dos 30 anos do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia: A Nova Feição dos Tribunais de Contas e do Controle Preventivo	295	4	16
Palestra	Ciclo de Palestra – Os Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Local - SEBRAE	65	4	8
TOTAL		2.537	46	232

Fonte: Escola Superior de Contas/ESCon

*Cursos realizados para servidores do TCE-RO e Jurisdicionados. Instrutores e horas de estudos já contabilizados na Tabela 4.3.2.2 (servidores internos).

**Curso realizado na sede, com transmissão ao vivo para as Regionais de Controle Externo nos municípios de Ariquemes, Cacoal e Vilhena.

O Tribunal de Contas promoveu, ainda, 11 eventos direcionados à sociedade, contando um total de 3.203 participantes. As informações estão demonstradas na sequência.

Tabela 4.3.2.4 - Eventos realizados para a sociedade
Período: 2013

Atividade	Temática	Participantes	Instrutores	Horas de estudo
Palestra	Corte de Contas Cidadã	686	1	10,5
	Corte de Contas Cidadã	493	1	8
	Corte de Contas Cidadã	400	1	9,5
	Corte de Contas Cidadã/Justiça Itinerante	230	1	8
	Corte de Contas Cidadã/Justiça Itinerante	240	1	8
	Corte de Contas Cidadã	30	1	1,2
	Corte de Contas Cidadã	807	2	26,4
	Corte de Contas Cidadã	60	1	4
	Corte de Contas Cidadã	95	1	2
Seminário	Orientações para os Conselheiros do FUNDEB	70	2	16
	Orientações para os Conselheiros do FUNDEB	92	2	16
TOTAL		3.203	14	109,6

Fonte: Escola Superior de Contas/ESCon

4.4 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Durante o exercício de 2013 a Secretaria de Informática buscou alcançar as metas planejadas para o período, desenvolvendo os projetos previstos de maneira eficiente e obtendo resultados efetivos.

Foram realizadas atividades como a implantação de política de controle de utilização de dispositivos de armazenamento (Pen-drives, HDs) e equipamentos pessoais (Notebooks), que colocam em prática alguns requisitos básicos para a segurança das informações desta Corte.

Projetos como Tramita, e-Cidade e Módulos Sigap, devida a relevância para o público interno e externo do TCE-RO, têm recebido atenção especial, uma vez que possibilitaram melhorias significativas para a realização de atividades desenvolvidas pelos setores deste Tribunal e maior agilidade no acesso a informações, tanto para os agentes internos desta Corte quanto para os membros da sociedade.

Durante o período, técnicos da área de informática participaram de eventos, treinamentos e capacitação diversos, respectivos à Tecnologia da Informação, além de realizarem visitas técnicas com o objetivo de colher maiores subsídios para a modernização do Tribunal de Contas.

Os trabalhos realizados pela Secretaria de Informática visam promover a ascensão desta Corte Contas, transformando a tecnologia da informação em aliada no cumprimento das metas estabelecidas pelo Planejamento Estratégico institucionalizado no TCE-RO.

4.5 BIBLIOTECA E JURISPRUDÊNCIA

A Biblioteca **Eleonora Joffely de Menezes** tem como objetivo prioritário fornecer produtos e serviços informacionais para os diversos segmentos do Tribunal de Contas de Rondônia na realização de suas atividades de Controle Externo, atendendo também ao público externo.

O Setor de Biblioteca e Jurisprudência permanece à disposição dos servidores e do público em geral de segunda-feira a sexta-feira, das 7h30min às 13h30min, preservados os casos de caráter relevante e/ou urgência.

O acervo bibliográfico é composto de livros, periódicos, folhetos, CD's, fitas de vídeo e relatórios técnicos, além de material eletrônico disponibilizado *on-line*: revistas eletrônicas e *link* para consulta virtual, dentre outras informações especializadas.

O acervo bibliográfico e digital **adquiriu 527 itens** em 2013, fazendo parte das aquisições o numerário de fascículos e informativos de periódicos.

As especificações do acervo total, com as incorporações do período, estão detalhadas na sequência:

Tabela 4.5.1 – Acervo Bibliográfico e Digital da Biblioteca Eleonora Joffely de Menezes, por tipo de publicação, suporte e aquisição
Período: 2013

Publicações					
Tipo de publicação	Tipo de Suporte	Tipo de aquisição	Acervo		
			Total até 2012	Adquirido em 2013	Patrimônio
Monografias	Livros, Teses, Dissertações e Monografias	Compra	944	384	1.328
		Doação	1.355	119	1.474
		Transferência	399	-	399
		Depósito Legal	50	3	53
		Permuta	5	-	5
Digital/Multimídia	DVD, CD-ROM VHS	Compra	175	11	186
		Doação	104	5	109
		Transferência	2	1	3
		Depósito Legal	48	4	52
		Subtotal		3.082	527
Periódicos					
Publicações Seriadas	Fascículos	Compra	1.752	88	1.840
		Doação	704	78	782
	DOE (Impresso)	6.878	243	7.121	
	Informativos diversos	1.056	138	1.194	
Subtotal		10.390	547	10.937	
Acervo Digital					
Publicações Eletrônicas	Periódicos eletrônicos	Assinaturas	25	-	25
		Fascículos	2.450	99	2.549
	Livros	Títulos	2.600	(2.599)	1
Subtotal			5.075	(2.500)	2.575
Total Geral			18.547	(1.426)	17.121

Fonte: Sistema de Controle Bibliográfico/SCB/Biblioteca/IEP/TCE-RO.

Quanto aos serviços prestados, a Biblioteca atua na atividade de circulação que corresponde a movimentação do acervo, tanto de consultas locais como de empréstimos domiciliares. Além da obtenção das informações por *Intranet*, com acesso ao *link* da Biblioteca *on-line*, sendo disponibilizado catálogo com permissão a consultas por autor, título, assunto, revistas eletrônicas (base de dados em Administração Pública, Direito Administrativo e Consultoria) e, ainda, o serviço de reserva de materiais bibliográficos.

No período, foram efetuados **2.247 consultas locais** e **2.683 empréstimos e renovações**, dentre outras atividades discriminadas a seguir:

Tabela 4.5.2 - Serviços prestados pela Biblioteca Eleonora Joffely de Menezes
Período: 2013

Especificação	Tipo de Serviço	Quantidade
Circulação	Consulta Local	2.247
	Empréstimo/Renovação	2.683
Referência	Treinamento de usuários	57
	Acesso a periódicos eletrônicos	1.326
	Catálogo na Fonte/Normalização de trabalhos	3
	Serviço de alerta - <i>Intranet</i> /DSI	130
Total		6.446

Fonte: Sistema de Controle Bibliográfico/SCB/Biblioteca/IEP/TCE-RO.

